

ANO 02
JUNHO 2025
EDIÇÃO 02

REVISTA EducaQuilombo

Revista de pautas, ações e incidências do Coletivo Nacional de Educação da CONAQ

REVISTA EducaQuilombo

Coletivo Nacional de Educação da CONAQ



EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA
FORTELECIDA:

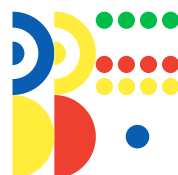
A PNEERQ CHEGOU E PEGOU!

PÁGINA 05

AFINAL,
POR QUE A
PNEERQ
IMPORTA?

PÁGINA 23

POR QUE A PNEERQ
É NECESSÁRIA
PARA OS
QUILOMBOLAS?



ÍNDICE

Apresentação	.03
Afinal, por que a PNEERQ importa?	.05
Por que a PNEERQ é necessária para os quilombos?	.13
O que a PNEERQ pode fazer pela Educação Escolar Quilombola?	.15
O que esperamos da PNEERQ: Transformações Almejadas nos Territórios Quilombolas?	.21
Como acompanhar e monitorar a destinação dos recursos?	.23
Protocolos Comunitários de Monitoramento da PNEERQ: Orientações	.25
Referências	.29

FICHA TÉCNICA

Coordenação: Givânia Maria da Silva e Cleane Pereira da Silva

Editora chefe: Shirley Pimentel de Souza

Textos: Zara Figueiredo; Shirley Pimentel de Souza

Conselho editorial: Naita Aparecida Nunes de Lima, Cleane Pereira da Silva, Gessiane Ambrósio Nazário, Eduardo Fernandes de Araújo e Márcia Jucilene do Nascimento

Projeto gráfico e diagramação: Estúdio Revolution

Fotografia: Professoras quilombolas

Copidesque: Letícia Queiroz

COORDENAÇÃO-EXECUTIVA DA CONAQ:

Norte: Núbia Cristina S. de Souza e José Silvano Silva Santos

Nordeste: Ivo Fonseca Silva, Maria Rosalina dos Santos, Xifroneze Santos e Florisvaldo Rodrigues da Silva

Sudeste: Sandra Maria Silva Andrade e Arilson Ventura

Centro-oeste: Laura Ferreira da Silva e Sandra Pereira Braga

Sul: Fábio Fernando de Souza e Maria Isabel Cabral da Silva

EQUIPE DA NEGRA ANASTÁCIA:

Jhonny Martins de Jesus (Diretor-Presidente), **Sandra Andrade** (Diretora de Finanças), **Katia Penha** (Diretora de Projetos) e **Célia Cristina da Silva Pinto** (Diretora Administrativa)



Coordenação Nacional de
Articulação das Comunidades
Negras Rurais Quilombolas

Revista EducaQuilombo.
Ano 02 • junho 2025 • edição 02

APRESENTAÇÃO

Conhecimento é poder! Já ouvimos muito esta frase. Mas quem define qual é conhecimento válido e tido como importante nas

escolas? Quem define qual é o conhecimento que vai ser ensinado e qual vai ficar de fora? Definir o que as escolas vão ensinar também é poder. A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) nasceu para corrigir uma dívida histórica do país com a população negra e quilombola, visto que, por muito tempo, ignorou as nossas identidades, conhecimentos e culturas em sua proposta educativa.

QUEM DEFINE QUAL É O CONHECIMENTO QUE VAI SER ENSINADO E QUAL VAI FICAR DE FORA?

A responsabilidade de acompanhar e fazer essa política acontecer é da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), uma das 08 secretarias que compõem o Ministério da Educação (MEC). A SECADI atua como indutora das políticas junto aos governos estaduais e municipais, que vão implantar as ações em suas redes de ensino.

A PNEERQ É FRUTO DA LUTA DO MOVIMENTO NEGRO E QUILOMBOLA

e reúne programas e ações que têm como eixo central o combate ao racismo nas escolas e o compromisso com uma educação de qualidade nos territórios quilombolas.



É importante dizer ainda que, por meio da atuação da CONAQ, **pela primeira vez em 95 anos de existência do Ministério da Educação, foi criada uma coordenação para tratar exclusivamente da Educação Escolar Quilombola.** Isso não é pouca coisa!

Nesta 2ª edição da Revista Educa Quilombo vamos conhecer um pouco mais sobre a PNEERQ, a sua importância para as comunidades quilombolas e formas de monitoramento do seu cumprimento.

BOA LEITURA!

AFINAL, POR QUE

A PNEERQ IMPORTA?

Por: Zara Figueiredo

Não é raro ouvirmos que, no Brasil, algumas leis “pegam” e outras não. Mas, em termos de políticas educacionais, o que isso de fato significa?

Ao dizermos que uma lei “pegou”, ou não, estamos nos referindo à capacidade e/ou possibilidade daquilo que foi expresso em um texto legal ter uma consequência, que, no caso, se trata do processo de formulação e implementação de uma política.



Foto: Comunidade quilombola Vila Mariana

Em outros termos, temos no país uma significativa distância entre o que está positivado na Lei e sua real efetivação, via política pública.

No caso da política educacional, ‘não pegar’ está relacionado, sobremaneira, aos incentivos, financeiros e simbólicos, que se colocam à disposição no processo de implementação de uma política, programa, de uma ação, que em momento anterior fora disciplinada.

O caso da Lei nº10.639/2003 e a sua regulamentação, 22 anos depois, por meio da Portaria nº 470/2024, do **Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana**, são bastante pedagógicos neste sentido.



Foto: MEC

Várias políticas foram criadas e implementadas pelo Ministério da Educação, a partir de 2003, quando a Lei 10.639 foi sancionada pelo Presidente Lula ou quando foi objeto do irretocável Parecer CNE/CP 003/2004, da lavra da Professora Doutora Petronilha Beatriz, conselheira negra, àquela altura, do Conselho Nacional de Educação (CNE).

TEMOS NO PAÍS UMA SIGNIFICATIVA DISTÂNCIA ENTRE O QUE ESTÁ POSITIVADO NA LEI E SUA REAL EFETIVAÇÃO, VIA POLÍTICA PÚBLICA

Contudo, em nenhum programa, política ou ação estruturante do MEC, a partir de 2003/2004, como o caso do Fundeb, Plano de Ação Articuladas – PAR, ou o Plano Metas Todos pela Educação, todos de 2007, teve-se o cuidado político de assumir a implementação da Lei 10.639 e o Parecer que dela decorre como contrapartida social das

redes de ensino para que se vissem obrigadas a cumprir o que estava disciplinado.

De igual modo, não se criaram referenciais de implementação, estrutura de metas e sanções para induzir a implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e a Educação Escolar Quilombola (EEQ).

Se na educação básica faltaram processos de indução bem definidos, ao contrário do que se deu com o IDEB, por exemplo; no ensino superior, ao que parece, as formas de tradução da autonomia universitária em alguns contextos, também dificultaram a efetiva implementação da ERER.

É, pois, a partir da leitura deste contexto e do que a literatura chama de aprendizado da política que se busca compreender por que a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ importa.

A PNEERQ IMPORTA PORQUE PARTE DE, PELO MENOS, TRÊS PREMISSAS FUNDANTES.



Foto: Fernando Martinho / Repórter Brasil

A PRIMEIRA

é que a sua regulamentação, via Portaria, só foi possível porque tivemos os movimentos negros atuando historicamente para que as políticas de ação afirmativa pudessem ser implementadas, também, na educação básica. Trata-se, portanto, na feliz definição de **Nilma Lino**, do Movimento Negro Educador em ação.

E, neste aspecto, é preciso, de modo particular, reafirmar o lugar da

Professora **Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva** e do filósofo **Nego Bispo**, nesta política. Mas também é preciso reconhecer a importância do pensamento negro contemporâneo, articulado ao movimento sindical e de base de professoras e professores da educação básica, pela sua incidência nas redes de ensino, particularmente, no que tange à rede de governança que conta com mais de 1.500 bolsistas nos territórios.



Além disso, tem estado cada vez mais evidente a entrada deste pensamento negro contemporâneo naquilo que venho chamando de capítulo 3 do movimento negro educador, que é a sua atuação nas dimensões consideradas estruturantes das políticas educacionais na atualidade, que são coordenação federativa, financiamento, indicadores, monitoramento e planejamento.

A SEGUNDA premissa diz respeito à estrutura sob a qual a PNEERQ está assentada. Dito de outro modo, a Política tem, em si, uma formulação que reordena o lugar da discussão da ERER e EQQ da face curricular e de formação, para a parte mais estrutural.

Os dados do diagnóstico e monitoramento da ERER e EQQ nos mostram que, desde 2003, as ações relacionadas a ERER e EQQ estiveram vinculadas a ações de formação e mesmo curriculares circunscritas à discricionariedade docente e desarticuladas de uma política educacional. Não por outra razão, o Índice de ERER despenca quando se analisam os dados de gestão educacional voltados para a equidade racial.

Ou seja, não é assim que funciona! Não é deste modo! Para que se altere currículo, para que formação dê retorno é preciso que esteja vinculado a uma proposta de gestão da rede de ensino e das escolas, de forma orgânica, em que todas as dimensões educacionais estejam articuladas.



Foto: Fernando Martinho / Repórter Brasil

ERER E O EQQ PRECISAM ESTAR

NO ALICERCE DA POLÍTICA EDUCACIONAL DA REDE DE ENSINO

ERER e EQQ não podem ser um puxadinho na política educacional instituída pela rede de ensino; antes, ela precisa estar no alicerce da política educacional da rede.

É neste sentido que foi concebida a PNEERQ e, por isso, ela importa. Na sua formulação, há elementos sólidos de coordenação federativa como a rede de governança nos territórios, contrapartidas sociais para receberem o PDDE ERER e o PDDE EEQ, incentivos financeiros e

simbólico como o **Selo Petronilha Beatriz**, os referenciais de implementação para dialogar com a estrutura de metas, além, é claro, de fortalecimento dos processos de formação, instituição do Grupo de Especialistas para avaliar Editais do PNLD, de modo a garantir critérios da 10.639/2003 e 11.655/2008, bem como os protocolos de prevenção e resposta ao racismo que chegarão às escolas ainda em 2025.

Em política, não há que se falar de conscientização. É preciso haver indução e sanções, quando necessário.



Foto: Fernando Martinho / Repórter Brasil

E, por fim, a PNEERQ importa porque ela é uma política que tem sido capaz de dialogar com um sem-número de movimentos sociais, desde a sua formulação, de modo a melhorar a tomada de decisão e corrigir rotas, em eventuais situações de indecisão ou efeito não esperado da política, mas também no monitoramento.

Penso que estes pontos são os centrais a serem pontuados, neste momento, de modo a atender à indagação em torno da importância da PNEERQ.

Como ensinava Nego Bispo, tudo é começo, meio e começo. Pois bem, volto ao começo para dizer que a PNEERQ “pegou”! E não o faço por vaidade ou megalomania.

Uma das razões que me permitem afirmar isso é estar escrevendo esta introdução para uma revista da CONAQ, cujo foco de luta e vida é a Educação Escolar Quilombola, é a Educação para as Relações Étnico-raciais.

Com quase um ano de vida, a PNEERQ ser objeto de análise de uma edição de Revista séria como esta, não é nada trivial!

Salve aos que vieram antes de nós e nos permitiram fazer esta travessia, sempre, claro, numa bamba canoa, como é a política, como é a vida!

SALVE! SALVE! SALVE A PNEERQ!

Zara Figueiredo

Secretária de Estado de Educação Continuada,
Educação de Jovens e Adultos, Diversidade e
Inclusão, do Ministério da Educação (SECADI/MEC)



Foto: MEC

POR QUE A PNEERQ É NECESSÁRIA PARA OS QUILOMBOS?

“ A PNEERQ é uma política importante. É uma política que a gente tem participado da sua implementação. É importante para as lutas históricas do Movimento Quilombola, da CONAQ. A gente continua na luta para que os nossos direitos sejam garantidos e para que as desigualdades sejam superadas e as diversidades sejam valorizadas.

Viva a CONAQ! Viva a Secadi!

Marcia Crioula

Quilombo Conceição das Crioulas, PE



Mesmo com leis, decretos e diretrizes que garantem nossos direitos, a Educação Escolar Quilombola ainda enfrenta muitos desafios para acontecer.

ENTRE OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ESTÃO:

Falta de formação adequada para professores ensinarem com base na Educação Escolar Quilombola (EEQ) e educação para as relações étnico-raciais (ERER).

Currículos e Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) que destoam dos territórios

Ausência de material didático que represente de forma correta e valorize as nossas diversidades culturais, conhecimentos quilombolas e histórias de lutas pelo território. Muitas/os profissionais da educação reproduzem ideias exotizadas sobre as pessoas quilombolas.

A falta de planos de carreira que motivem as professoras a buscar formação impede sua dedicação exclusiva à escola, comprometendo o desenvolvimento engajado do Projeto Político Pedagógico.

As escolas quilombolas **estão sendo fechadas e** nucleação para outros territórios.

Infraestrutura precária em muitas escolas em nossos territórios.

Situações de racismo nas escolas e equipes sem preparo para lidar e combater.

Altas taxas de evasão escolar, principalmente no Ensino Médio, já que muitos estudantes quilombolas enfrentam dificuldades de transporte e poucas oportunidades para continuar os estudos.



O QUE A PNEERQ PODE FAZER PELA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA?

“ A PNEERQ representa um marco histórico para a educação brasileira, pois estabelece um arranjo institucional que responsabiliza os entes federados pelo seu cumprimento. Ao atribuir essa responsabilidade aos diferentes níveis de governo, a PNEERQ alivia o peso que recaía sobre os ombros das professoras e professores da educação básica, que muitas vezes trabalham em condições precárias. Dessa forma, a PNEERQ busca transcender o caráter de ser um mero encargo burocrático para as/os docentes.



Gessiane Nazário
Quilombo de Rasa, RJ

A Política está organizada em sete eixos de ação, e cada um deles apresenta ações que têm impacto direto na educação em nossos territórios. Vejam alguns exemplos:

1. GOVERNANÇA E FINANCIAMENTO

- ✦ Construção de uma rede de governança e coordenação federativa para dar suporte às redes de ensino, incluindo a contratação de mais de 1.500 agentes de articulação e formação em todos os estados.
- ✦ Criação da Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola (CONEEQ) para assessorar o MEC e acompanhar a implementação da PNEERQ.
- ✦ Investimento de R\$ 55 milhões através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Equidade) com repasse de valores variam entre R\$ 1.850 e R\$ 3.700 por escola, e têm como objetivo desenvolver práticas pedagógicas antirracistas, realizar melhorias como reformas nos prédios escolares e compra de materiais didáticos.
- ✦ Criação do Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que reconhece e valoriza redes de ensino que adotam práticas antirracistas e de Educação Escolar Quilombola.

2. DIAGNÓSTICO E MONITORAMENTO

- ✦ Diagnóstico da equidade com o levantamento das condições das escolas quilombolas para entender onde estão as principais dificuldades.
- ✦ Criação de indicadores para acompanhar a implementação da política e avaliar se está funcionando de verdade.

3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES

- ✦ Oferta de mais de 20 cursos específicos para profissionais da educação, professores e gestores escolares sobre Educação Escolar Quilombola.
- ✦ Criação de 04 Centros de Formação em Educação Quilombola (IFNMG, Unifesspa, UFRB e IFPE), com a previsão de abertura de mais 04 em 2025.
- ✦ Programas de bolsas para formação de professores quilombolas, como o Pibid Equidade Quilombola e Racial e o Programa de Educação Tutorial (PET) Educação Escolar Quilombola.
- ✦ Oferta via Universidade Aberta do Brasil (UaB) - CAPES e SECADI com 150 mil vagas no Curso de Educação para Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola oferta 150 mil vagas.
- ✦ Consolidação das Licenciaturas em Educação Escolar Quilombola - PARFOR Equidade (CAPES).
- ✦ Incidência e ações no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e Pacto EJA voltados para população quilombola - Pacto EJA.

4. MATERIAL DIDÁTICO E LITERÁRIO

- ✦ Produção de cadernos pedagógicos e guias com conteúdos referenciados a partir da realidade dos nossos territórios quilombolas. Os seguintes materiais estão em fase de produção: Guia das DCNEEQ; Cartilha EEQ e Propriedade Intelectual das Mulheres Quilombolas (MEC/MinC/FCP); Caderno Pedagógico EEQ (Projetos enviados para o Selo Petronilha) e Coleção EEQ (Projetos e Artigos produzidos a partir das ações dos Cursos de Aperfeiçoamento em

EEQ e atividades dos Centros de Formação).

- ✦ Revisão de editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), garantindo que respeitem e valorizem a cultura quilombola - atualmente são 55 professores(as) quilombolas registrados na Comissão de Avaliadores(as) do PNLD.
- ✦ Incentivo a participação no Edital do PNLD Literário Equidade.



Foto: Escola municipal João Teles Carvalho (BA)

CRIAR PROTOCOLOS PARA COMBATER O RACISMO NAS ESCOLAS

5. PREVENÇÃO E RESPOSTA AO RACISMO

- ✦ Criação de protocolos para combater o racismo nas escolas.
- ✦ Produção de materiais para orientar como agir em casos de discriminação dentro do ambiente escolar.
- ✦ Participação da CONEEQ na Comissão de Avaliação dos Protocolos.

6. AFIRMAÇÃO DE TRAJETÓRIAS NEGRAS E QUILOMBOLA

- ✦ Criação do Programa Nacional de Educação Escolar Quilombola que cria a ação Escola Quilombo, Rede Nacional de Educação Escolar Quilombola e Centros de Formação em Educação Quilombola voltado para fortalecer as ações de formação



continuada em EEQ através de projetos com as Instituições de Ensino Superior (Institutos e Universidades Federais) em diálogo com as lideranças quilombolas, escolas quilombolas e gestores que desenvolvem articulação direta com os territórios.

- ✦ Consolidação dos Centros de Formação em Educação Quilombola.
- ✦ Ampliação do Programa Bolsa Permanência para garantir que estudantes quilombolas possam ingressar e permanecer nas universidades.
- ✦ Incentivar a participação de quilombolas no Programa Partiu IF .
- ✦ Melhoria da alimentação escolar quilombola por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- ✦ Alteração nos fatores de ponderação para aumento dos valores do FUNDEB para modalidade quilombola (2023) - Resolução n.º 4, de outubro de 2023.
- ✦ Expansão da internet nas escolas quilombolas, garantindo conexão em 100% delas.
- ✦ Apoio a consolidação do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Quilombo (Minas Novas) com projetos de formação continuada, centro de formação, compromisso nacional criança alfabetizada e outros.

- ✦ Ações direcionadas às comunidades quilombolas Kalunga (GO/TO), Alcântara (MA), Marambaia (RJ), do Marajó (PA) e da região do MATOPIBA.

7. DIFUSÃO DE SABERES

- ✦ Envio de kits pedagógicos com livros e materiais diversificados sobre conhecimentos e cultura quilombola para todas as escolas até 2026 (Mapas Censo IBGE e EducaCenso Quilombola; Reedição e atualização da Coleção Memória Quilombola (INCRA/MDA/MEC/MIR/UFGM) .
- ✦ Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para aproximação das ações de EEQ e Educação Patrimonial.
- ✦ Criação da Enciclopédia de Autores e Autoras Negras, valorizando intelectuais e escritores quilombolas.
- ✦ Realização do Encontro Nacional de Educação Escolar Quilombola (2024) com articulação entre SECADI, Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, CONAQ, UFRPE, UFPE, IFPE, FUNDAJ e outros.
- ✦ Realização de Encontros Regionais de Educação Escolar Quilombola (2025).
- ✦ Realização do I Seminário Internacional de Educação Quilombola (2025).



Foto: Escola Eurico de Jesus (Aloãntara - MA)

O QUE ESPERAMOS DA PNEERQ:

TRANSFORMAÇÕES ALMEJADAS NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS?



“ Nós hoje temos uma política nacional para a Educação Escolar Quilombola e esse feito não teria acontecido se nós não tivéssemos dois fatores que se casaram: um são de governos populares e democráticos e outro é da luta dos quilombolas. (...) A CONAQ luta por uma educação de qualidade, por uma educação emancipatória, por uma educação que reconheça as nossas histórias! Nós estamos ajudando a construir isso via o Ministério da Educação e espero que a gente continue nessa parceria.”



Givânia Maria da Silva

Quilombola de Conceição das Crioulas, PE

- ★ Que as escolas quilombolas sejam reconhecidas e valorizadas pelos governos municipais, estaduais e federal, garantindo infraestrutura, materiais didáticos adequados e que não fechem as escolas dos nossos territórios.
- ★ Que nossas crianças e jovens quilombolas não precisem sair dos seus territórios para ter acesso à educação básica de qualidade.
- ★ Que as professoras e os professores sejam valorizados profissionalmente e que tenham formação para ensinar de maneira contextualizada e respeitando os conhecimentos e modos de vida quilombolas.
- ★ Que a escola não seja um espaço de reprodução do racismo. E, caso aconteça, que ele seja combatido com protocolos bem definidos para agir com firmeza e justiça.
- ★ Que a juventude quilombola tenha mais acesso e permanência qualificada no ensino superior, com processos seletivos específicos, com bolsas e apoio para iniciar, continuar e concluir os estudos.

COMO ACOMPANHAR E MONITORAR A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS?

A luta por educação também passa pelo cuidado e vigilância com os recursos públicos. Vejam como nossas comunidades podem acompanhar:

Foto: Horta Escolar Quilombo Alto da Serra



MONITORAR OS REPASSES DO PDDE EQUIDADE

Os recursos da PNEERQ chegam às escolas por meio do PDDE Equidade, e os valores repassados aos municípios são públicos. As organizações quilombolas podem se articular para acompanhar esses dados com regularidade no site do FNDE.

EXIGIR TRANSPARÊNCIA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO

As secretarias de educação dos municípios e dos estados são responsáveis por fazer a política acontecer. Se você quer saber como os recursos estão sendo usados, pode pedir essas informações por escrito, usando a Lei de Acesso à Informação.

PARTICIPAR DOS CONSELHOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO

Esses conselhos discutem e tomam decisões sobre as políticas educacionais. Há representação de quilombolas nesses espaços em seu estado ou município? Busque informações e reivindique a presença de quilombolas nos conselhos.

ACOMPANHAR O TRABALHO DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA (CONEEQ)

A Coneeq é um espaço oficial de participação social e tem representação quilombola de todas as regiões do país. As organizações quilombolas podem solicitar informações diretamente à comissão que é presidida pela Secretária Zara Figueiredo (SECADI), a suplência é da Diretoria de Políticas de Educação Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola e a Secretaria Executiva é da Coordenação Geral de Educação Escolar Quilombola (CGEEQ).

MOBILIZAR E DENUNCIAR

Se houver indícios de má gestão, omissão ou desvio dos recursos públicos, é possível acionar o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União ou os Tribunais de Contas. Também é possível usar canais como o Fala.BR que é a plataforma oficial de denúncias e ouvidoria do governo federal.



Foto: Fábio Nakamura / MEC



Foto: Bruno Peres/Agência Brasil

ORIENTAÇÃO DA CONAQ

Cada estado deve criar ou fortalecer os seus Coletivos Estaduais de Educação Quilombola. Eles são fundamentais para realizar o controle social das políticas de educação e defender o direito à educação de qualidade, antirracista e territorialmente referenciada.



Foto: Fernando Martins / Repórter Brasil

PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS DE MONITORAMENTO DA PNEERQ:

ORIENTAÇÕES

Esta é uma sugestão de como cada organização quilombola pode construir os seus próprios instrumentos de acompanhamento e luta pelo nosso direito à Educação Escolar Quilombola. Cada comunidade pode adaptar esse exemplo para a sua realidade.

NOSSO OBJETIVO COM ESSE PROTOCOLO

Fortalecer o controle social e garantir que os recursos e ações da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) sejam aplicados corretamente, atendendo às necessidades reais das escolas quilombolas e das comunidades.

1º PASSO: ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Crie uma comissão ou grupo de trabalho, caso ainda não tenha, junto à organização quilombola local, composto por estudantes, mães/pais ou responsáveis, lideranças quilombolas, professoras/es e representantes das associações quilombolas.

Façam reuniões regulares (mensalmente ou bimestralmente) para avaliar como a PNEERQ está sendo executada no município, identificar problemas e avanços, além de planejar ações de mobilização e incidência política.



Foto: Fernando Martins / Repórter Brasil

2º PASSO: ACESSO A INFORMAÇÃO

Solicite que as secretarias estaduais e municipais de educação informem quem são os agentes de governança da PNEERQ (coordenadores, articuladores de formação, agentes regionais e locais). Mantenha diálogo com esses agentes que ajudam a garantir que as ações realmente cheguem aonde precisa e são importantes parceiros do controle social.

Consulte os valores PDDE Equidade no site do FNDE/PDDE Web: www.fnde.gov.br para verificar se a escola e o município estão recebendo os recursos da modalidade de Educação Escolar Quilombola (EEQ).

Solicite às Secretarias de Educação que compartilhem os planejamentos, projetos enviados ao MEC e a prestação de contas de ações da PNEERQ. Se for necessário use a Lei de Acesso à Informação (LAI).

3º PASSO: CRIEM CRITÉRIOS PARA O ACOMPANHAMENTO

Formule perguntas simples e diretas para avaliar se a política está funcionando. Seguem algumas sugestões:

CRITÉRIO	O QUE VERIFICAR?
Infraestrutura física e pedagógica	A escola recebeu recursos do PDDE Equidade este ano? Os recursos estão sendo usados para melhorar o espaço escolar (ex: reformas, acessibilidade, materiais)?
Formação de professores	Professores(as) participaram de algum curso sobre relações étnico-raciais ou Educação Escolar Quilombola?

Ações pedagógicas

A escola está realizando atividades pedagógicas ou projetos com base na História e cultura africana, afro-brasileira, indígena e quilombola?

Participação comunitária

A comunidade está sendo ouvida e envolvida nas decisões da escola? Existe conselho escolar ativo e que acompanha as ações da escola?

Transparência

A escola e a secretaria de educação estão divulgando como os recursos foram usados? Tem representação quilombola no Conselho Municipal de Educação e no Conselho do PDDE?

4º PASSO: REGISTRO DAS INFORMAÇÕES

Faça registros dos dados coletados, das reuniões realizadas com secretarias de educação e direção de escola, bem como das reuniões do grupo para discutir as informações. Crie o hábito de fazer as solicitações por escrito, seja com ofícios ou e-mails.

Caso algum problema seja identificado, os registros são fundamentais para comunicar aos órgãos responsáveis.



Foto: Horta Escolar Quilombo Alto da Serra



Foto: Escola Eurico de Jesus (Alcântara - MA)

5º PASSO: INCIDÊNCIA POLÍTICA E DENÚNCIAS

Se forem identificados problemas como falta de repasse de recursos, desvio de finalidade ou ausência de ações previstas na PNEERQ, o grupo poderá enviar denúncias para: Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU), Fala.BR (ouvidoria do governo) e DIPERQ/SECADI/MEC.

É importante também solicitar apoio da CONAQ, por meio do Coletivo Nacional de Educação, bem como da CONEEQ, por meio da representação quilombola em sua região.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Escolar Quilombola. Brasília: MEC, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>. Acesso em: 13 maio 2025

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Brasília: MEC/Secadi, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/cartilha.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.